

**PODER E CONHECIMENTO COMO TEMAS CENTRAIS: O PAPEL DO ESTADO NAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DE WALTER EUCKEN E FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK**

*Caroline Rippe de Mello Klein*

*Unisinos e UFFS*

**Resumo:** Este artigo se propõe a realizar um estudo com dois economistas renomados conhecidos como teóricos da teoria do neoliberalismo. O objetivo é analisar como a teoria do que seria o papel do Estado nas políticas econômicas, algo estudado na teoria ordoliberal alemã do pós-guerra que se manifesta nesses dois teóricos, para que num segundo momento se possa comparar ambos os estudos econômicos e suas respectivas propostas de ação. Para tanto se faz necessário uma breve explanação dos preceitos do neoliberalismo, em particular o caso alemão, que surge como uma teoria alternativa em meio à crise política e econômica que se instaura no período das duas Guerras Mundiais e tem continuidade como proposta de ação durante a Guerra Fria. Dessa forma, mostrando dois objetivos políticos que são diferentes em alguns aspectos, mas se mostram complementares em outros.

**Palavras-chave:** Ordoliberalismo; Hayek; Eucken; Neoliberalismo.

**Abstract:** This article proposes to carry out a study with two renowned economists known as theoreticians of the theory of neoliberalism. The objective is to analyze how the theory of the role of the state in economic policies, something studied in the German post-war liberal theory that manifests itself in these two theorists, so that in a second moment one can compare both economic studies and their respective Proposals for action. In order to do so, a brief explanation of the precepts of neoliberalism is necessary, in particular the German case, which appears as an alternative theory in the middle of the political and economic crisis that is established in the period of the two World Wars and has continuity as a proposal of action during the Cold War. Thus, showing two political objectives that are different in some aspects, but are complementary in others.

**Keywords:** Ordoliberalism; Hayek; Eucken; Neoliberalism.

### **1. A crise no Neoliberalismo**

Os últimos anos são marcados por crises cíclicas do capitalismo previstos pelos economistas desde a época do liberalismo e reiterados por Keynes. A discussão sobre a manutenção das democracias ocidentais também é algo que entra em jogo nesse século, muito em virtude das crises financeiras e o papel do Estado e do mercado em relação ao contorno e solução das mesmas. O capitalismo anglo-saxão adotado durante a Guerra Fria é motivo de muitas críticas, ou seja, o neoliberalismo adotado pelos países europeus e

americanos que está intimamente ligado às questões da globalização e a liberalização forte dos mercados financeiros. Historicamente temos alguns nomes de pessoas ligadas à esfera governamental que são expoentes práticos dessa teoria como, Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, por exemplo.

Em seguida, nos últimos anos a crise financeira quebrou a economia de uma maneira global, através de “bolhas” sob os mercados individuais, logo, todo sistema financeiro beirava ao colapso, alguns em mais e outros em menor grau dependendo do país, no caso norte-americano com a Grande Depressão e nos últimos anos com a crise do Euro na Europa. Porém, o neoliberalismo sempre adquire novos papéis e estágios, como uma transição necessária a uma Economia Social de Mercado.

Atualmente, a Economia Social de Mercado designa, em princípio, um plano claramente delineado, embora também represente, para cada vez mais pessoas, somente um conceito ou nada mais que uma palavra oca. Com uma raridade cada vez maior, a Economia Social de Mercado é entendida como uma ideia de ordenamento ou um modelo para uma ordem econômica e social equilibrada. Da mesma maneira, ainda não se leva muito em consideração, nos tempos atuais, a reivindicação de que a Economia Social de Mercado representa um marco para futuros desafios e consiste (HERZOG, 2009: 20).

É muito difícil discutir a teoria neoliberal, uma vez que ela possui muitos opositores, mas também apoiadores, dessa forma há três problemas. Primeiro, a história do conceito se mostra como algo oculto e/ou distorcida pela alienação de intenções reformistas e desenvolvimentistas que autores tem sobre o que é neoliberal em oposição ao que seria um paleo-liberal<sup>1</sup>. Em segundo lugar, os teóricos do neoliberalismo se apresentam muitas vezes como figuras caricatas e quase nunca se dizem neoliberais, e em terceiro e último, o neoliberalismo é apresentado como algo monolítico muitas vezes, há muitas ideias diferentes e divergentes entre intelectuais que misturam outras concepções como da Escola de Chicago, por exemplo.

## 2. Um neoliberalismo operacional

---

<sup>1</sup> Me refiro aqui como paleo-liberal, o discurso e práticas do liberalismo clássico. O uso do termo “paleo” se refere ao período do Paleolítico da História que se refere ao primeiro período em que o homem começa a produzir cultura e se diferenciar de outros animais antes da agricultura. Dessa forma, fazendo uma alusão a que o liberalismo seria um instrumento inicial e que o neoliberalismo seria um segundo estágio mais “acabado” da teoria.

A ideia de que um novo liberalismo se justificaria na década de 1920, pois para alguns cientistas no mundo ocidental, o “velho” liberalismo clássico perdera seu significado nas décadas anteriores, e vinha perdendo cada vez mais sua relevância, tanto de maneira prática quanto política - mesmo a uma extensão ainda maior - como uma bússola normativa para as ciências sociais (HAYEK, 1950: 55).

A acusação marxista de que o imperialismo e o militarismo são consequências necessárias de um liberal na Ordem Mundial pode ser visto, como algo que ocorrera na Primeira Guerra Mundial. Em que para muitos, a guerra faz do liberalismo algo obsoleto. No entanto, em relação a esse período há a observação de um economista suíço contemporâneo Hans Honegger um novo “fluxo de pensamentos econômicos”, no qual os princípios de liberdade econômica, a concorrência e empreendedorismo provocam uma mudança que se assemelha a esse novo liberalismo, tão impressionado Honegger em 1925 cunha o conceito de neoliberalismo, em que essa concepção conclui, nada mais é do que uma visão e atitude “subversiva” dentro da teoria econômica na Europa (HONEGGER, 1925: 12-15).

Dentre os anos de 1920 e 1930 surge um grupo de economistas liberais com abordagens diferenciadas entre si, mas com algumas metas de pesquisa, tais como, como esse liberalismo se finda (e se o finda de fato), como fazer esse ajuste do liberalismo, se ele pode existir mas de uma maneira modificada, qual o papel dos governos nessa nova ordem e das empresas de capital privado (PLICKERT, 2008).

Essas ideias surgem em quatro locais especiais digamos, em Viena, Chicago, Londres e Freiburg. Juntamente com o aumento de fóruns de troca e cooperação é importante salientar um evento em 1938 chamado de “Colloque Walter Lippmann” em Paris, o qual reuniu uma série de teóricos e economistas que discutiram o que seria esse novo liberalismo, assim o conceito de neoliberalismo finalmente nasceu. Importante salientar, que nesse evento não há ainda uma escola “formal” neoliberal, uma vez que cada grupo representa interesses diferentes e às vezes contraditórias. Mas o que permanece é que era necessária uma mudança urgente frente ao socialismo, porém logo esse projeto sofre um fim abrupto devido ao advento da II Guerra Mundial, voltando anos depois institucionalizado em 1947 na forma da Sociedade de Mont Pelerin que até hoje é muito ativo nas áreas da ciência e política.

Essa conferência mostra que o neoliberalismo possuía três características em sua gênese. Primeiramente é um fenômeno internacional, pois possui pensadores em quatro partes influentes do mundo, sendo algo característico de seu tempo, onde não se limita a uma cultura de um país. Em segundo lugar, há uma associação de cientistas preocupados a partir de uma perspectiva individualista que não procuram formar uma equipe homogênea, mas sim auto compreensiva. Mas, em terceiro lugar esse grupo de personalidades tem por diferentes meios alguns objetivos em comum, tais como: revitalizar o discurso liberal como uma nova ordem de negócios na sociedade, influenciando principalmente as jovens mentes neoliberais, um espírito de coesão e isolamento individual, uma vez que os totalitarismos ainda permaneciam presentes.

Os cientistas neoliberais permanecem ainda em situação desconfortável, principalmente em relação a esse termo, e principalmente por um longo tempo, suas ideias não tiveram um grande alcance em alguns países como a própria Alemanha que segue sua “receita” de ordem. Devido a crise do keynesianismo na década de 1970, os neoliberais ganharam vários espaços como consultores políticos.

O termo neoliberalismo é paradoxal, pois mesmo que tenha um cunho pejorativo forte, ele surge como uma ideia que se propõe a resolver os possíveis desequilíbrios na economia global, portanto, o termo seria como se fosse uma autodesignação do primeiro (o liberalismo ou paleo-liberalismo), fundando na geração de Pelerin com suas raízes no Colóquio Walter Lippmann.

### **3. Metodologia operacional**

A abordagem deste estudo possui dois sentidos. Em primeiro lugar, uma análise comparativa é necessária com os principais autores desse arcabouço teórico, de modo que através da justaposição independente dos correlatos possa ser feita uma interpretação e diferenças dessas teorias nos dois autores. Por outro lado, foi feito uma análise de cada autor, para atingir uma clareza analítica a fim de atender ao mesmo tempo as declarações dos trabalhos intelectuais que eles produziram não como uma simples afirmação, mas como hipóteses testáveis. É o método de análise Topoi aqui é ilustrado:

Ao desenvolver a noção de topos argumentativo e de formas tópicas, Ducrot (1989) passou a trabalhar com o topos (lugar comum argumentativo) que é constituído por três propriedades: 1) universalidade, em sentido limitado, pelo fato de os enunciados serem apresentados como compartilhados por uma coletividade, mesmo que seja apenas entre um enunciador e um destinatário; 2) generalidade, porque se aplica a um grande número de situações análogas e não apenas à do momento em que se fala; 3) gradualidade, sendo esta, para o autor, a mais importante, pois a partir dela, pode-se chegar ao estudo das formas tópicas dos enunciados, posto que a gradualidade relaciona duas escalas, implicando o movimento em ambas, sendo que o movimento em uma direção implica o movimento na outra (CARMO, 2010: 02).

O acesso e trabalhar com autores que deixaram durante décadas uma riqueza considerável de textos primários deixados para trás pode ser circunstâncias extremamente difíceis e desordenadas de se trabalhar. Para contornar este problema, é preciso - além de uma pergunta clara - um método pelo qual a complexidade da obra muitas vezes altamente ramificada possa ser adequadamente representada. Seria aqui apenas para fazer a pergunta correta, sobre qual é o tema central da obra do autor e o que torna seu trabalho tão especial no campo das ideias. É, portanto, necessário investigar o “centro” de sua teoria, em especial percebendo como fora construído seu raciocínio. Este centro é referido como topos. Esse artigo usa brevemente uma perspectiva de análise de Karl Pribram em relação à questões da história dos dogmas, através dos quais descobrindo as teorias e discursos subjacentes nos “padrões de pensamento” e “padrões de raciocínio” é caracterizado isso (PRIBRAM, 1951)

Certamente, um autor pode ter múltiplos “Topois” em seu trabalho, no entanto na abordagem deste trabalho são apenas as principais “topos” que serão rastreadas para tentar justificar e rastrear o que são os fundamentos das ordens liberais e sua importância. Além disso, é óbvio que o topoi dos autores individuais pode sobrepor-se, como descrito em detalhe nas comparações individuais.

#### **4. Estado e política em Hayek e Eucken**

Walter Eucken (1891-1950) e Friedrich August von Hayek (1899-1992) são intelectuais referenciados como iniciadores de uma nova ordem econômica <sup>2</sup>, que é baseado no fato de que ambos autores em paralelo e independentemente um do outro desenvolveram programas de investigação que busca entender os problemas dos sistemas econômicos e sociais de outros intelectuais dedicados a causa. Eucken e Hayek se encontraram na reunião da Associação para a Política Social em Zurique, em 1928, onde mantiveram aulas de economia teórica. Na década de 1930, Hayek viajava muito entre Londres e Viena, muitas vezes vinha a Freiburg e dava palestras junto com Eucken e provocava várias discussões (MIKSCH, 1950, 288-289). Após a II Guerra é Eucken, que em 1947 se torna membro fundador da escola iniciada por Hayek e Röpke na Sociedade de Mont Pelerin no mesmo ano.

Tragicamente em 1950 Eucken morre em Londres, num ciclo de palestras da LSE em que Hayek o convidou para participar, poucos anos após a primeira publicação da revista *Ordo Yearbook* em 1948. Após sua nomeação na Universidade de Freiburg em 1962, Hayek sempre foi fortemente envolvido ao Walter Eucken Institut sempre mostrando a importância da tradição de Eucken na economia (HAYEK, 1962).

Sempre fora um papel central no curso de seus trabalhos, embora tenha havido mudanças substanciais ao longo de suas carreiras a preocupação com o papel do Estado, seu funcionamento e manutenção de uma Ordem (*Ordnung*) liberal. Por isso, é importante perceber como ambos constroem essa teoria compreensiva do Estado, identificando semelhanças e diferenças. Mesmo que Hayek sempre apareça como um ícone da tradição da Escola Austríaca e Eucken como uma nova escola Ordoliberal, existe uma “fase” em Hayek entre 1930 e 1940 e outra em Eucken em 1940, que apesar da Guerra ambos são muito semelhantes da ideia ordoliberal.

## 5. O Estado e a teoria da Ordem em Eucken

Quando se analisa a teoria de ordem Eucken, da década de 1930 e 1940 é possível identificar os principais topos de suas ideias. Antes dessa data, Eucken sofre mudanças notáveis em seu arcabouço teórico (PREISER, 1950), marcado pela libertação da Escola

---

<sup>2</sup> Para ver melhor o conceito de economia de ordem denominado de *Ordnungstheorie* (ARMED; WOLGEMUTH, 2000: 461). Para ver como foi cunhado o termo “Ordoliberalismus” ver MOELLER (1950: 224). Para uma visão geral da recepção do Ordoliberalismo no contexto internacional ver ARMADO; KASPER (1992: 106-110).

Histórica e do legado intelectual de seu pai (GOLDSCHMIDT, 2002). Eucken é um intelectual com um amplo consenso de que é o complexo fenômeno do poder e a busca de soluções para as destituições desse que é foco de sua ordem econômica, além de pesquisar como funciona o comportamento do mercado e as influências de capitais privados no Estado. Assim a máxima central é “compreender a realidade econômica em todo o passado e no presente e provavelmente por volta do futuro requerer a compreensão do poder econômico” (EUCKEN, 1940: 196-197).

É importante entender o paradigma da Escola Freiburg, que isto inclui não só compreender o poder econômico em si, mas entender a ação (privada ou pública), e sua interdependência entre um poder econômico e político que seja transpassado para a sociedade. Depois de identificar os principais topos em Eucken, é relevante ver como ele constrói seu conceito de ordem a partir de seu ponto de vista, para ele o sistema econômico de um país e todas as formas em que o processo econômico ocorre, é feito a partir de um olhar mais atento aos tipos de mercados e sistemas monetários que se encaixam no processo econômico (EUCKEN, 1940). Esta dicotomia entre ordem econômica e processo econômico é uma das conclusões centrais do Ordoliberalismo e tem para análise central em sua obra em ver quais os limites do papel do Estado.

Cada sistema econômico possui graus de liberdade diferentes (EUCKEN, 1948: 76-77). Para ele, é algo positivo que se tenha liberdade econômica em maior grau, no entanto concebe também que é necessário que haja uma ordem em si mesma, principalmente em relação à divisão do trabalho e processos econômicos interdependentes. Para Eucken, essa “ordem” deve ser algo eficiente, a fim de que garanta as liberdades individuais e condições para seu próprio desenvolvimento. Suas publicações em vida mostram que uma determinada “ordem econômica” é algo necessário e positivo, enquanto as publicações póstumas versam mais sobre a “ordem liberal do negócio” (MUHS, 1954).

No entanto, os sistemas econômicos não são as únicas análises presentes nos assuntos da teoria da ordem, é antes de mais nada uma análise de “ordens parciais”, ou seja, econômica, empresarial, governo e direitos sociais com inúmeras interconexões entre eles (Eucken coloca como interdependência) (EUCKEN, 1941:42). Inserido no processo de formulação de políticas públicas e sistemas econômicos há outras relações entre o papel do Estado analisado de uma forma mais individual, de modo a ser verificado sob três aspectos de ação política e econômica: primeiro, os efeitos imediatos que podem ser

diferentes do esperado, segundo as tendências desencadeadas no processo e em terceiro os efeitos dessas políticas.

Para o autor existem dois tipos de sistema distintos: as ordens econômicas mais “maduras” provenientes de um processo historicamente construído, como os princípios de planejamento do Estado e seus princípios. E as acumuladas desde o período da industrialização que fora necessário devido às necessidades especiais da tecnologia moderna.

O Estado possui dois sistemas básicos de gestão (no sentido de prover possíveis princípios em direção a uma ordem econômica). A indústria e os transportes são negócios geridos através de um planejamento central, em relação aos transportes, é saudável que haja um oligopólio de competição entre empresas (EUCKEN, 1940: 91-112). Em relação às formas de mercado, deve haver uma conexão monetária com combinações e formas no sistema de mercados monetários orientadas pelo Estado. É uma espécie de equilíbrio e balanço entre uma economia natural *laissez-faire* e uma centralmente planejada.

A economia do *laissez-faire* é um processo econômico que conta com a iniciativa privada no controle do sistema. Para Eucken, os representantes desse sistema defendem apenas o seu ponto de vista e busca de um espaço vital que deveria ser preenchido pelo Estado, formando uma ordem econômica adequada por si só. Porém esse Estado deveria ser preenchido por cargos de merecimento e compatibilidade com a formação de cada um, para ele o principal problema da economia planejada é justamente a sua instabilidade no processo de formação de preços e expansão operacional, passando assim a ser vítima de grupos de poder com interesses particulares que chegam ao governo<sup>3</sup>.

Um dos postulados formulados por Eucken é em relação à ordem positiva e a busca de normativas adequadas através de uma política de concorrência, formulado no final de 1940, e em seguida, nos postulados póstumos publicados (EUCKEN, 1952). Essa ordem competitiva seria uma espécie de terceira via que se distancia dos *laissez-faire* e da economia planejada, sendo uma espécie de política de médio curso, é uma ordem cuja missão surge através da experiência histórica científica. Ele vê o sistema de competição como um mecanismo que assegura a equidade e participação total a serem reconciliados,

---

<sup>3</sup> Tal estrutura dominado pelas posições das partes interessadas individuais, Eucken denomina de um “governo econômico” (EUCKEN, 1932: 302-303).

em outras palavras, a “mão invisível” de Adam Smith é necessário ser institucionalizado juntamente com um Estado de direito.

O Estado deve criar um quadro regulamentar, na acepção de regras que devem ser aplicadas por ele como um árbitro e dentro do qual os movimentos podem ser feitos por atores privados autônomos. E intervenções no processo de negócios só são justificadas, como no caso de um monopólio natural, quando outra forma política no processo não pode ocorrer.

Antes de passamos para uma análise mais pormenorizada da competição, é interessante olhar os pilares sobre os quais repousa os ideais de Eucken. Esses são denominados de poderes de ordenação (EUCKEN, 1952: 338-350), no qual existem atores que são essenciais para a manutenção das regras de concorrência, que são a Igreja e a Ciência, porém essas instituições devem ser pensadas em segundo plano, pois em primeiro sempre há o Estado, sendo que esse Estado deve ser priorizar as áreas econômicas. Além de dissolver e limitar grupos de poder e reivindicar sob as formas da ordem apenas, mas não no processo econômico em si, porém deve-se questionar sempre o quanto de governo é necessário e quais são suas atividades legítimas, esses dois questionamentos são centrais nas proposições de Eucken para pensar o Estado e seus limites.

Para o autor, deve haver competição, cuja deve ser orientada por princípios constitutivos e regulamentares (EUCKEN, 1952: 250-253). Os princípios constituintes versam sobre a formação do sistema de preços, quando há uma concorrência perfeita, possibilitando assim uma melhor competição entre mercados numa escala global, porém isso somente é possível uma vez que haja um sistema monetário estável, seguindo-se assim o princípio de mercados abertos. Outro fator relevante é em relação à propriedade privada, o Estado deve garanti-la a fim do indivíduo poder empreender, favorecendo assim uma congruência entre interesses individuais e o bem comum.

O mercado aberto constitui-se em importante instrumento de política monetária. Através da compra venda de títulos federais, Governo torna-se capaz de administrar oferta de moeda da economia com bastante flexibilidade. Enquanto os demais instrumentos clássicos de controle monetário - a taxa de desconto taxa de recolhimento compulsório

trazem embutidos dentro de si uma certa dose de rigidez que limita sua atuação no curto prazo, as operações de mercado aberto, por sua vez, caracterizam-se por uma grande flexibilidade tanto quanto ao "timing" quanto magnitude de suas ações. Isto é, o mercado aberto pode ser utilizado para produzir grandes ou pequenas variações no es toque monetário e, além disso, direção das suas operações pode ser alterada quase que instantaneamente. Dessa forma, além de contribuir para uma dada meta de crescimento do total de meios de pagamento, mercado aberto funciona como elemento compensador de distúrbios aleatórios ou regulares nas reservas bancárias, visando aplainar as flutuações de curto prazo nas reservas dos bancos comerciais (LAGO, 1981)

Os princípios reguladores do Estado servem para sanar as eventuais deficiências na aplicação das regras da concorrência, devendo sempre ser justificado seu uso. Em primeiro lugar, o monopólio sempre é uma questão chave de suas preocupações, devendo o Estado intervir por se tratar de uma questão econômica mais particular de resolver.

## 6. A teoria do Estado em Friedrich Hayek

Tal como acontece com a análise da teoria ordem de Eucken, Hayek também apresenta uma breve identificação do principal Topos do autor da ordem. Ambos teóricos tiveram contatos intelectuais e acadêmicos ao longo de sua vida, compartilhando de opiniões da literatura, tais como os fenômenos do conhecimentos e compartilhamento desses na economia e na sociedade (VANBERG, 2009). Conhecimento é definido por Hayek como “todas as adaptações humanas ao ambiente em que a experiência passada e incorporada” (HAYEK, 1960).

Ele concebe e discute diferentes tipos de conhecimento na filosofia social, a diferenciação de explícita (formal, científica) e implícita (informal, transitória, local) o conhecimento é de particular importância (HAYEK, 1973: 11-19). No centro do seu discurso, o conhecimento implícito é individual e particular no espaço e tempo, é dificilmente centralizável, pois a tentativa de agregação por um planejador central necessariamente uma pretensão do conhecimento (HAYEK, 1960: 22-23). Outras dificuldades para o planejador seria o caráter estritamente subjetivo e também dinâmico do conhecimento transitório dos atores.

Na literatura secundária é uma questão frequentemente discutida em quantas fases o trabalho de Hayek pode ser dividido. Alguns autores <sup>4</sup>, concebem que pode haver uma

---

<sup>4</sup> Essas divisões foram feitas a partir das teorias pensadas por Hutchison (1979) e Caldwell (1992).

divisão em três partes: um “Hayek I”, como o teórico econômico “Hayek II” como um ordenador teórico/filósofo social ordoliberal e “Hayek III”, como filósofo social evolutiva, apesar da participação de Hayek na segunda edição dos “debates de cálculos socialistas” em meados dos anos 1930 (HAYEK, 1935). No entanto, pode ser postulado que ele atribui uma importância central de preços relativos na teoria econômica (Hayek I), sendo esse sistema de preços um trabalho essencial para a alocação de conhecimento na economia de mercado (HAYEK, 1936).

Com base assim nos diferentes *topos*, Hayek também possui um conceito diferente de ordem como Eucken. Esta é a questão de como a partilha de conhecimentos, especialmente pelas regras pode ocorrer de modo que a falta onipresente e permanente do conhecimento é vencida na maior medida possível e adequado expectativas para as ações dos outros, também epistêmica dos indivíduos limitados pode ser formada (HAYEK, 1945). Nas palavras de Hayek o seu entendimento sob ordem serviria “[...] para fazer a existência de relações entre elementos recorrentes [...] que torna possível para nós, com base no conhecimento de uma parte restrita (espacial ou temporal) de toda a expectativa para o resto que têm boa perspectiva de realização” (HAYEK, 1964: 164).

Tal como em Eucken, é também na filosofia social de Hayek que há uma construção altamente interdependentes e interligadas ao mesmo tempo nas declarações sobre as diferentes ordens sociais. Portanto, o uso do conceito de interdependência de ordens também aparece em Hayek justificado. No entanto, ao contrário de Eucken, as interdependências formuladas por Hayek, expõem seus critérios liberais em relação ao sistema jurídico e político, expressos na obra “Constituição da Liberdade e Direito” (1985) e “Os Fundamentos da Liberdade” (1972).

Em “Constituição da Liberdade e Direito”, Hayek diferencia, semelhante a Eucken o “crescimento” e “conjunto” entre as ordens endógenas e exógenas. Os primeiros são os sistemas que surgem espontaneamente, complexos e abstratos, bem como a livre concorrência de um alvo pré-determinado, enquanto outros são deliberadamente criados de maneira relativamente simples e se destinam a servir aos objetivos do seu criador (HAYEK, 1985: 04). Por conseguinte, a possibilidade de controle externo através da disposição dos elementos individuais exógenos é muito mais elevada do que nos endógenos (HAYEK, 1973: 36-39).

## 7. O Estado como mantenedor da ordem espontânea

Como indicado na seção anterior, temos o Hayek (“Hayek II ordoliberal” e o “evolucionista Hayek III”) ambos apresentando mudanças significativas<sup>5</sup>, que o papel do Estado em relação às preocupações e regulamentação em seus últimos escritos sócio filosóficos de 1930 e 1940, ele observa que o Estado desempenha um papel consciente na criação da estrutura em torno do mercado - semelhante a teoria de Eucken sobre governança econômica positiva. Na reunião inaugural da Mont Pelerin Society, em abril de 1947, ele fala explicitamente de uma “ordem competitiva” como uma bússola normativa de Política Econômica: Uma adoção aparentemente direta do conceito das regras de concorrência de Eucken, que também o faz ao se apresentar na conferência (HAYEK, 1947: 112-113). Poucos meses depois, ele aborda sobre competitividade em Freiburg de uma forma positiva ao “planejamento de competição” e formula as seguintes hipóteses:

Especialmente nesta área (da criação de condições para uma concorrência eficaz) existe uma série de estudos muito importantes antes da Guerra que na Alemanha foram feitos, especialmente a sugestão do Professor Walter Eucken em Freiburg e do Professor Franz Böhm, que são [...]. O problema da “ordem do dia”, no sentido em que apresentou estes pesquisadores, tentando delinear sua solução, é uma das tarefas mais importantes que a mente humana pode imaginar hoje e cuja solução depende infinitamente mais” (HAYEK, 1947: 170).

Na fase de “Hayek III evolutiva”, por outro lado não podemos encontrar mais uma posição tão ordoliberal. O conceito de ordem espontânea ocorre como um ponto de referência liberal no lugar da ordem competitiva. Este refere-se a uma ordem que surge de forma incontrolável das ações de indivíduos que são de fato coordenados pelas (consciente ou inconsciente) regras que os indivíduos desse modo as concebe, mas o relacionamento fim raramente são conscientes denominadas por Hayek como ordem das ações (HAYEK, 1967)<sup>6</sup>. O conceito duplo de ordem espontânea no processo da evolução

---

<sup>5</sup> Hayek mais tarde faz uma autocrítica em termos de suas posições anteriores. Ele escreve no prefácio do Caminho da Servidão publicado em 1976 que ele era em 1944 ainda não completamente livre de “todas as atuais superstições destinadas intervencionistas”, ver Hayek (1976), p XXIV.

<sup>6</sup> Para uma explicação sobre o papel das regras na formação de ordens no contexto social, mas também, em geral, contextos biológicos, ver Hayek (1967a), pp 66-72.

cultural, as formas sobre o mecanismo de seleção de grupos e as regras para sua manutenção ao longo do tempo, o Estado não deve intervir.

Neste contexto, pelo menos duas questões importantes. Por um lado, se essa mudança ocorre por uma fração de tempo ou “apenas” há uma mudança de ênfase na compreensão do Estado. No que diz respeito a este aspecto, há mais uma quebra do que apenas uma mudança: Embora o Estado tem também no processo de evolução cultural uma certa função de supervisão, a função do conjunto é pela natureza do processo dinâmico, no entanto, em grande parte retirada. Através da evolução cultural do processo de enquadramento também seria concebível sem o Estado: A empresa privada pode fornecer uma situação, como padrão bem-sucedido. Como uma ponte sobre a dicotomia entre “estado regrador e árbitro” (Hayek II) vs. “Nenhuma regra de definição de Estado, em vez de regulamentação pela evolução cultural” pode se ver a imagem do Estado como uma espécie de jardineiro <sup>7</sup>, que Hayek como uma ilustração de sua em transição e compreensão do Estado na década de 1950 (Hayek III) em “O Caminho da Servidão”, a imagem já é uma curta referência mencionada na produção de ambiente para a empresa: pode e deve o Estado, apesar de não controlar o desenvolvimento da sociedade como um todo, mas sim como um jardineiro “cultivar” - para efeitos de monitorização dos poucos parâmetros influenciados por ele (HAYEK, 1955: 67). Esta analogia é como uma continuação concebível da imagem ordoliberal do Estado como árbitro.

Se faz questionamentos quanto ao desenvolvimento dessa teoria no trabalho de Hayek. Dessa forma, duas hipóteses poderiam ser configuradas, cujas respostas, no entanto, mais pesquisas devem ser feitas. A primeira explicação possível seria vista no emprego intelectual do Iluminismo escocês, o qual faz uma análise dos processos dentro da ordem espontânea com importância central <sup>8</sup>. Uma segunda explicação seria a consequência epistemológica da Ordem Sensorial ao procurar a desconfiança dos padrões de cognição humana que Hayek mudou possivelmente a “viabilidade” ou previsibilidade consciente do quadro regulamentar pela política em relação à sua fase ordoliberal.

---

<sup>7</sup> Claro, o jardineiro não é um ator passivo. No entanto, a hipótese de Hayek, possivelmente, tem um jardineiro inglês e não um jardim francês em mente, como o desenho geométrico rigoroso da ordem é realizada no segundo, no primeiro é permitido ao mesmo tempo muito mais espontaneidade no desenvolvimento dos subsistemas individuais do jardim.

<sup>8</sup> Os primeiros teóricos representantes da economia monetária do Iluminismo escocês está em Hume. Hayek concebe como classificação sócio filosófica inicial de pensadores do Iluminismo escocês como “verdadeiros” individualistas, ver Hayek (1945-1948), pp 3-4 e pp 11-13.

Por fim é necessária uma complexa análise endógena, de acordo com Hayek em especial de modo a que eles possam funcionar, apesar da sua complexidade. Como tal, ele é leitor do Iluminismo escocês, cujo representante vê a filosofia social como dois tipos de memórias: Nos preços do mercado como armazenamento para o curto prazo distribuídos entre os participantes desse e, em segundo lugar, as regras de comportamento justo como um extrato do processo de longo prazo da evolução cultural (HOPPMANN, 1993: 143). As regras de comportamento amigável – praticadas nos *nomos* - têm geralmente (ou seja, não um privilégio para grupos individuais), resumo (ou seja separado do caso individual) e negativo (isto é, como a proibição de opções individuais em vez concebidas como comandos certas ações) para habilitá-lo à dinâmica pode atender a ordem econômica e social complexa espontânea.

Hayek ao contrário de Eucken, oferece uma imagem diferenciada das instituições democráticas e seus respectivos papéis no chamado modelo democráticos. Em geral deve ser detida em sua visão de que o legislativo e executivo podem executar duas funções conjuntas cuja execução paralela pode causar sérios problemas. Ele é o único órgão a cumprir (executivo) e em segundo lugar, se for o caso, a adaptar (legislativo e judiciário) as regras e comportamento amigável para as empresas e a sociedade. Além dessa atividade constitucional (função coercitiva), o Estado também como um amplificador de desempenho (função de serviço) que tem recursos, cujo uso que faz dos vários bens disponíveis - se possível sem a incorporação dos direitos de monopólio e, portanto, de forma otimizada em concorrência com os prestadores privados (HAYEK, 1979:41). Se o legislador consiste de uma única função sem integração, a mistura destas atividades conduz de acordo com Hayek para o fato de que nenhuma das duas tarefas de desempenho (monitorização regra constitucional vs legislação Estado) pode ser efetuada de forma satisfatória. A solução é para Hayek é de câmaras separadas, uma de forma judicial versando sobre as regras e ajustes, enquanto a outra câmara assume o controle da direção e os aspectos do Estado (HAYEK, 1979: 28).

## **8. As diferenças e semelhanças da teoria da Ordem**

A primeira coisa em comum a partir dos trabalhos Eucken e Hayek é que o entendimento do Estado não é compatível com o Estado mínimo em ambos os projetos de ordem. A imagem do “estado mínimo ordoliberal”, que é desenhada na literatura,

aparece como ambígua e como incompatível com a leitura da compreensão Eucken e Hayek do Estado. Em vez disso, uma área operacional é atribuída ao Estado em termos de remoção de obstáculos às transações baseadas no mercado. O Estado tem o dever positivo de participar ativamente na preparação e preservação da respectiva ordem ideal. Quando utilizada neste caso, o Estado deve usar seu monopólio para assegurar a paz interior e exterior.

Em adição a esta determinação fundamental da necessidade de uma política positiva para uma ordem liberal é particularmente importante em Eucken e Hayek formulada a partir de um critério fundamental. Em muitos lugares eles estão usando a imagem central da separabilidade e necessidade de tratamento diferenciado do sistema econômico e processo econômico, em outras palavras, por regras e movimentos. A figura do Estado ordoliberal que se assume, é como um árbitro a projetar possíveis quadros, sem determinar o processo econômico do meio privado é característica do ordoliberalismo como expressão alemã do neoliberalismo (BLUM, 1969: 74). Ao mesmo tempo que serve para distinguir este círculo autores por outros economistas, por exemplo, aqueles que estão na tradição Ludwig von Mises. No entanto, tudo isso não significa que o Estado deve formar quadros limitados: Os princípios reguladores, formulados por Eucken, e a operação de desempenho do Estado descritas por Hayek, são evidências claras de que o Estado pode participar do processo econômico.

No entanto, embora os dois autores tenham declarações semelhantes, eles possuem algumas particularidades que os difere, elas existem por razões diferentes, principalmente no conjunto de suas relações acadêmicas: Este poderia ser o caso de dois contemporâneos terem sido diferentes da mesma área de atuação. Hayek é um membro da quarta geração da Escola Austríaca e é cientificamente ambientado nas teorias de Friedrich von Wieser e Ludwig von Mises, em que “desenvolveu” suas teorias de pensamento teórica e ideologicamente formativa (HENNECKE, 2000: 61-74).

Para Eucken o seu caminho teórico de convicções liberais é muito maior e mais complexo: Primeiro, ele é marcado pelo lugar e herança filosófica de seu pai por um lado, e com uma educação historicista de um economista. Essas diferentes origens intelectuais dos dois autores pode possivelmente também ser uma razão para os diferentes topoi, que por sua vez fazem com que os diferentes termos de ordem sejam acentuados. Até mesmo para o “ordoliberal Hayek II” não se justifica o seu apelo contra o laissez-faire e de um quadro regulamentar a partir da perspectiva de impotência - como fazem os ordoliberais

da Escola de Freiburg incessantemente na época. Assim, a tese central pode ser configurada aqui que Hayek - mesmo que seja para ser resolvido neste momento significativamente perto do jovem paradigma ordoliberal - é vista como uma variedade diferente acentuada.

Apesar das semelhanças entre Hayek e Eucken, muito em parte aos diferentes discursos proferidos nos países da sua atividade, há uma diferença significativa em relação aos adversários intelectuais primários. Em Eucken, são os representantes final da escola histórica como parte de seu processo educativo/formativo, também chamado de neo-historicismo (RIETER, 2002: 154), contribuindo para sua falta de compreensão teórica do “contexto econômico global” (EUCKEN, 1952: 344) significativamente para incomodar o processo econômico com a intervenção do governo seletiva ou mesmo destruir. Para Hayek e os teóricos do socialismo de mercado - cada vez mais de modo intitulados por ele como racionalistas construtivistas, a razão humana e, assim, o Estado têm a capacidade complexa de projetar sistemas sociais cria-los. A formulação da crítica à “arrogância da razão” e a “presunção de conhecimento” para os seus adversários intelectuais e na “política de bem-estar social” prática vence no decurso do seu trabalho cada vez mais centralidade na transição de um economista “ordoliberal Hayek II” para o “evolucionista Hayek III” significativamente.

Essa crítica a partir da perspectiva da arrogância do conhecimento de “Hayek III” muitas vezes pode ser muito discutida na literatura secundária chamada construtivismo. Esta é a tese de que Eucken pode ter uma aproximação de von Hayek como racionalista e construtivista, como o economista alemão afirmou que os princípios de uma ordem desejável - para projetar - a ordem competitiva. Às vezes isso colide com o conceito Hayek-III da evolução cultural, segundo a qual as regras de uma ordem liberal não conscientemente criada, são descobertas apenas em um processo de longo prazo com nenhum plano consciente. Esta análise central na discussão literária secundária sobre a relação entre os ordoliberais e Hayek pode ser facilmente interpretada como uma quebra, sobre os pontos de vista do papel do Estado como regrador em Eucken e Hayek são incompatíveis.

### **Referências Bibliográficas**

BLUM, Reinhard. **Soziale Marktwirtschaft. Wirtschaftspolitik zwischen Neoliberalismus und Ordoliberalismus.** Deutschland: Tübingen, 1969.

CALDWELL, Bruce J. Hayek the Falsificationist? A Refutation. IN: **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, vol. 10, 1992.

CARMO, Alex Sandro A. **Slogans e “topoi” argumentativos: um estudo de caso.** UTFPR: Revista de Letras, 2010.

EUCKEN, Walter. Staatliche Strukturwandlungen und die Krisis des Kapitalismus. IN: **Weltwirtschaftliches Archiv**, Band 36/2, 1932

\_\_\_\_\_. Wissenschaft im Stile Schmollers. IN: **Weltwirtschaftliches Archiv**, Band 52/3, p. 468-506, 1940.

\_\_\_\_\_. **Grundsätze der Wirtschaftspolitik**, Auflage: Tübingen, 1952.

GOLDSCHMIDT, Nils. **Entstehung und Vermächtnis ordoliberalen Denkens. Walter Eucken und die Notwendigkeit einer kulturellen Ökonomik.** Deutschland: Münster, 2002.

HAYEK, Friedrich August von. Economics and Knowledge (Vortrag am 10. November 1936 vor dem London Economic Club). IN: **Economica**, vol. 4/13, p. 33-54., 1936

\_\_\_\_\_. The Use of Knowledge in Society. IN: **The American Economic Review**, vol. 35/4, 1945

\_\_\_\_\_. Free” Enterprise and Competitive Order (Vortrag am 1. April 1947 bei der Gründungsversammlung der Mont Pèlerin Society). IN: **Individualism and Economic Order.** EUA: Chicago, p. 107-118, 1947.

\_\_\_\_\_. **The Constitution of Liberty**, 2. Auflage, EUA: Chicago, 1960.

\_\_\_\_\_. Wirtschaft, Wissenschaft und Politik (Antrittsvorlesung am 18. Juni 1962 an der Albert-Ludwigs-Universität Freiburg). IN: **Freiburger Studien**, Tübingen, 1962

\_\_\_\_\_. Die Anschauungen der Mehrheit und die zeitgenössische Demokratie (Vortrag am 22. Juni 1964 an der Universität Saarbrücken), IN: **Freiburger Studien**, Tübingen, 1964

\_\_\_\_\_. In memoriam Ludwig Mises (1881-1973). IN: **Zeitschrift für Nationalökonomie**, Band 33/3-4, 1963.

\_\_\_\_\_. **Wissenschaft und Sozialismus** (Festvortrag am 6. Februar 1979 an der Universität Freiburg anlässlich des 25-jährigen Bestehens des Walter Eucken Instituts), Walter Eucken Institut: Vorträge und Aufsätze 71, Tübingen, 1979.

\_\_\_\_\_. **Die freie Marktwirtschaft und ihre moralischen Grundlagen** (Vortrag am 19. März 1985 bei der Eröffnung des Carl-Menger-Instituts in Wien), 1985. Disponível em: [http://www.europainstitut.at/upload/publikationen/publikation\\_23.pdf](http://www.europainstitut.at/upload/publikationen/publikation_23.pdf)

\_\_\_\_\_. **Collectivist Economic Planning**. England: London, 1935

\_\_\_\_\_. **Direito, Legislação e Liberdade**. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os Fundamentos da Liberdade**. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

HENNECKE, Hans Jörg. **Friedrich August von Hayek**. Die Tradition der Freiheit, Düsseldorf, 2000.

HERZOG, Bodo. 60 anos de Economia Social de Mercado: ontem, hoje e o caminho de amanhã. IN: **Cadernos Adenauer X**, 2009, n. 3.

HONEGGER, Hans. **Volkswirtschaftliche Gedankenströmungen: Systeme und Theorien der Gegenwart besonders in Deutschland**, Karlsruhe, 1925

HOPPMAN, Erich. Unwissenheit, Wirtschaftsordnung und Staatsgewalt (5. Friedrich A. von Hayek-Vorlesung am 13. Mai 1993 in Freiburg). IN: Vanberg, Viktor J. (Hrsg.): **Freiheit, Wettbewerb und Wirtschaftsordnung**, Freiburg, 1993.

HUTCHISON, Terence W. **Walter Eucken and the German Social-Market Economy**. IN: *The Politics and Philosophy of Economics*, Oxford, 1979.

LAMY, José A. **Mercado aberto e política monetária: a experiência brasileira recente**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas (tese de doutorado em Economia), 1987.

MIKSCH, Leonhard. Walter Eucken, IN: **Kyklos**, vol. 4/4, pp. 279-290, 1950

MIROWSKI, Philip / Dieter Plehwe (Org.). **The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Cambridge (Mass.), 2009.

MOELLER, Hero. Liberalismus, IN: **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, Band 162, 1950

MUHS, Karl. **Besprechung von: Eucken, Walter: Grundsätze der Wirtschaftspolitik**, IN: *Schmollers Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft*, Band 74/2, S. 118-122, 1954.

PREISER, Erich. **Walter Eucken in memoriam**. IN: *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, Band 162, pp. 241-244, 1950

PRIBAM, Karl. Prolegomena to a History of Economic Reasoning. IN: **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 65/1, p. 1-37.

RIETER, Heinz. Historische Schulen, in: Issing, Otmar (Hrsg.): Geschichte der National-  
ökonomie, 4. Auflage, München, 1994.

STREIT, Manfred E./Wolfgang Kasper. **Das institutionelle Fundament von Freiheit  
und Wohlstand - Lektionen der, Freiburger Schule.** IN: Streit, Manfred E.:  
Freiburger Beiträge zur Ordnungsökonomik, Tübingen, 1992.

VANBERG, Viktor J. **Consumer Welfare, Total Welfare and Economic Freedom -  
On the Normative Foundations of Competition Policy.** Diskussionspapier 09/3,  
Walter Eucken Institut, Freiburg, 2009.